

Plenário aprova pena de prisão contra o racismo

Da Sucursal de Brasília

Por 519 votos a três e uma abstenção, o plenário do Congresso constituinte aprovou ontem emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que torna a prática de racismo crime inafiançável e sujeito à pena de reclusão. Em virtude da desativação do painel eletrônico, só haviam sido realizadas duas votações até 19h30. As duas votações consumiram duas horas e trinta minutos.

Um acordo prévio entre as lideranças retirou da emenda de Caó o termo "imprescritível", o que facilitou sua aprovação. Só o deputado Luiz Soyer (PMDB-GO) se inscreveu para falar contra a emenda, mas afirmou que sua única objeção era quanto ao local em que a emenda estava inserida (ele votou a favor). A emenda foi incluída no parágrafo 2º, mas deverá ser deslocada, na votação em segundo turno, para o parágrafo 8º, que trata da tortura, do terrorismo e dos crimes hediondos. Este parágrafo, que deveria ser a grande polêmica do dia no plenário, não foi votado ontem, em função do defeito no painel eletrônico.

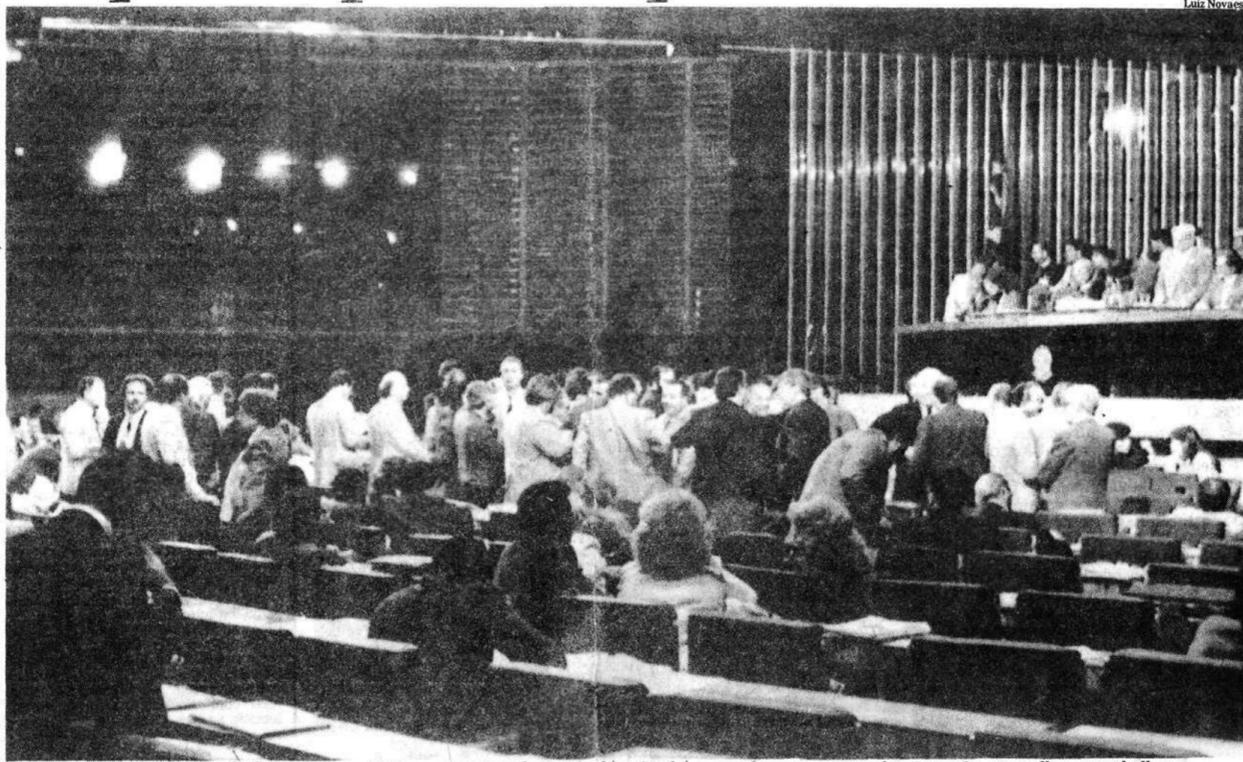
Foi rejeitada por 391 votos contra 121 e três abstenções, emenda do senador Ronan Tito (PMDB-MG), que pretendia excluir do texto constitucional a garantia aos direitos adquiridos. Uma de suas alegações foi a de que a emenda acabaria com os salários dos "marajás", mas o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) disse que este assunto era objeto de um artigo específico (o 22º, das Disposições Transitórias, texto da Sistematização).

Tumulto

Iniciada às 14h, com menos de cinquenta parlamentares no plenário, a sessão de ontem teve poucos debates. Os parlamentares aproveitaram a lentidão das votações para ler jornais, conversar e fugir do calor, saindo do plenário. Antes que as votações fossem iniciadas, um incidente entre o deputado Gastone Righi (PTB-SP) e o senador José Fogaça (PMDB-RS) tumultuou a sessão por quase vinte minutos.

Exibindo a primeira página da Folha, Righi pedia providências da Mesa contra a polícia paulista, por haver importunado o deputado José Mendes Botelho (PTB-SP), durante manifestação dos ferroviários na Estação da Luz, em São Paulo. Fogaça disse que estranhava a atitude de Righi, que, na condição de membro do Centrão, trabalhava contra os interesses dos trabalhadores, inclusive restringindo seu direito à greve. Vários parlamentares entraram na discussão e por pouco não houve pancadaria.

Na tribuna, o deputado Fernando Santana (PCB-BA) reclamava: "Ninguém pode falar aqui nesta coisa. É uma falta de respeito total. Quem quiser brigar que vá para a rua e decida no tapa". Também



Votação do plenário do Congresso constituinte ontem à tarde; o painel (ao fundo), apagado por não estar funcionando, atrapalhou os trabalhos

irritado, mas por outro motivo, estava o deputado Amaral Netto (PDS-RJ). Ele exigia providências da Mesa contra "os vagabundos da CUT" (Central Única dos Trabalhadores), por causa do cartaz, distribuído no Rio, em que aparece como "traidor do povo".

Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a sessão a partir das 15h45, estava impaciente. Interrompia todos os parlamentares que usavam os microfones do plenário e respondia rispidamente aos que insistiam em continuar. No final da segunda votação, fez um apelo: "Os senhores que ainda não votaram queiram votar, para ver se acabamos com isso logo".

Nos corredores, circulavam inúmeras cópias de uma convocação datada de anteontem e assinada pelo deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do Centrão. O texto diz: "Prezado colega. Sei que já estou 'chato'. Mas é meu dever. As votações dos 60 parágrafos do artigo 6º começam hoje à tarde. A sessão talvez se estenda (sic) até as 20h30. Amanhã e depois, prosseguirão as votações desse artigo, onde há seis pontos polêmicos, inclusive um importante sobre o 'conceito geral de propriedade'. Os acordos são parciais. Votações irão ocorrer a toda hora. Vai ser 'chato'!!! Mas é o jeito". Dasso é o coordenador do Centrão encarregado de levar os parlamentares do grupo ao plenário.

Desativação do painel eletrônico causa atraso nas votações do plenário

Da Sucursal de Brasília

O sistema de votação eletrônica do Congresso constituinte, que desde o início das votações plenárias vem apresentando problemas, foi desativado ontem. As votações foram feitas nominalmente (cada parlamentar diz seu voto após a leitura do seu nome pela Mesa), processo que demora cerca de uma hora e meia quando o plenário está cheio. Pelo sistema eletrônico, se não houver problemas, cada votação dura cerca de dez minutos.

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-RJ), disse que os defeitos deverão ser consertados hoje por um técnico vindo da Alemanha Ocidental, que chegará às 9h a Brasília. A última tentativa de fazer o sistema funcionar foi feita ontem, pela manhã, quando foram colocados 459 funcionários no plenário para o teste. O deputado Carlos Cardinal (PDT-RS), quatroanista, correu para o plenário para sugerir a votação da duração do mandato do presidente José Sarney, mas quando chegou o teste já havia terminado.

Sobrecarga

Os técnicos que operam o painel

eletrônico têm uma explicação para os frequentes defeitos do sistema: eles vêm sendo provocados pelos práticos parlamentares, que costumam pressionar as teclas sem necessidade, às vezes até inconscientemente. Isto sobrecarrega o sistema, que no momento da votação não consegue computar os votos das 459 "caixas" (com teclados instaladas defronte às cadeiras dos parlamentares).

Para os técnicos, entretanto, a solução não é pedir aos parlamentares que só pressionem as teclas quando estiverem votando. Eles acham que o sistema tem que estar preparado para esta sobrecarga. Por isso, há dias, os técnicos vêm estudando uma forma de aumentar a velocidade de processamento das informações coletadas através da pressão das teclas. Desta forma, o computador eliminaria rapidamente as informações desnecessárias, selecionando apenas os códigos de votação, que cada parlamentar digita antes de votar.

Embora as luzes das "caixas" instaladas nas cadeiras permaneçam apagadas, o sistema está constantemente em operação, segundo os técnicos. Eles dizem que o compor-

tamento dos deputados, ao "brincar" com as teclas, é perfeitamente "normal". "E como se estivessem rabisando um papel ou brincando com uma caneta." O problema, dizem, é que não se calculou com antecedência que haveria esta sobrecarga.

A empresa AEG Sistemas Industriais Ltda, de São Paulo, é a responsável pelo funcionamento e manutenção do sistema eletrônico, contando com seis técnicos em Brasília para este fim. Nos últimos dias, em virtude do início das votações pelo plenário, os técnicos têm trabalhado cerca de 20 horas por dia. O atual sistema eletrônico foi instalado em outubro do ano passado, em substituição a outro da mesma marca, mas alemão, instalado em 1973. Uma parte deste sistema é nacional, a que recebe os dados, imprime a lista de votação e faz a manutenção dos arquivos. Também foram fabricados no Brasil os dois anéis (com os nomes dos 559 constituintes, que se acendem ao final das votações) e as "caixas" das mesas dos parlamentares. A parte alemã do sistema é responsável por coletar os dados das "caixas" e gerenciar a votação.

O que foi aprovado

Capítulo I

Artigo 6º Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Parágrafo 3º — A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Parágrafo 4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada.

Parágrafo 5º — É livre a manifestação de pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão. É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização dos danos material, moral ou à imagem.

Parágrafo 6º — É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e a suas liturgias particulares.

Parágrafo 7º — É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Plenário aprova garantir sigilo a fonte jornalística

A garantia do sigilo da fonte jornalística foi aprovada ontem pelo plenário do Congresso constituinte a partir de um acordo entre as lideranças. Na Sistematização, este direito havia sido excluído da nova Constituição. Por 512 votos a favor, 2 contra e uma abstenção, a proposta do "sigilo" foi aprovada e ampliada para as profissões que necessitem se valer dele.

A possibilidade do sigilo da fonte jornalística permite, por exemplo, a publicação de denúncias. Foi o caso do colunista da Folha Jânio de Freitas, que divulgou a fraude na concorrência para a construção da ferrovia Norte-Sul no último ano. A partir da reportagem, a concorrência foi sustada e um inquérito policial instaurado. Freitas valeu-se do direito do sigilo de fonte para não revelar a origem de suas informações.

Pelo texto aprovado, "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão". Inova-se ao não restringir este direito apenas aos jornalistas. O plenário aprovou também o "direito de resposta proporcional ao agravo". Estes direitos estão relacionados no quinto parágrafo do sexto artigo da nova Constituição.

Empresa envia telex pedindo apoio a emenda

Um telex da Pirelli S/A, multinacional italiana fabricante de pneus, chegou ao gabinete de vários deputados de "esquerda", no último fim-de-semana, criticando os trabalhos do Congresso constituinte e pedindo explicitamente apoio a uma emenda global do Centrão, sobre ordem econômica, e a uma emenda específica do deputado José Camargo (PFL-SP), sobre o mesmo assunto.

Assinado pelo diretor-superintendente da empresa no Brasil, Piero Sierra, o telex foi parar principalmente nos gabinetes de deputados do PT, PCB, PDT e PC do B. O deputado Afif Domingos (PL-SP), membro do Centrão, por exemplo, não recebeu o telex. A Pirelli pede apoio àquelas emendas como condição "para a manutenção do clima de confiança nos investimentos do Brasil".

Tanto a emenda global do Centrão (bloco suprapartidário do Congresso constituinte) quanto a emenda de José Camargo tratam das formas de participação do capital estrangeiro na futura ordem econômica brasileira. Logo no início, o telex lembra que a Pirelli instalou-se no Brasil em 1919, tem 20 fábricas no território nacional, cerca de 14 mil funcionários e, por tudo isso, "tem o dever de não calar". No telex, diz que "sente-se apreensiva com os destinos da nação", pois "o atual anteprojeto de Constituição prestes a ser votado (o projeto da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte) cria a distinção absurda entre empresas brasileiras, baseada na procedência do investimento".

Vários deputados reagiram ao telex. Paulo Delgado (PT-MG) afirmou que "é uma multinacional que não tem nem o cuidado de esconder suas preferências partidárias na Constituição".

Dasso distribui comunicado com erro de português

"Sei que já estou chato (sic)... mas é o meu dever". Foi nestes termos, ao menos informais e a rigor alheios à qualquer regra de bom decoro parlamentar, que o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) inicia um comunicado, datado de anteontem, convocando os integrantes do Centrão a votarem os 60 parágrafos do artigo 6 da nova Constituição.

A obsessão pela chatice — o texto conclui afirmando que "vai ser chato, mas é o jeito" — desdobra-se por liberdades ortográficas incompreensíveis para um jornalista de origem. Coimbra diz, de fato, que a sessão talvez se "estenda" (com "x") até as 20h30. O comunicado foi depositado, por engano, no escaninho de um integrante do PT, que o divulgou aos demais constituintes.

Centrão quer igualar crime de tortura a terrorismo

O Centrão quer igualar o crime de tortura ao de terrorismo na nova Constituição. Ambos não teriam direito a anistia e seriam inafiançáveis. A liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) e os pequenos partidos de "esquerda" querem esta classificação apenas para a prática de tortura. Depois de frustradas tentativas de acordo entre os grupos, o tema será decidido no voto pelo plenário. Pelo substitutivo do Centrão, a lei considerará o tráfico de drogas e os crimes hediondos, além do terrorismo e da tortura, como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Mesmo com discordâncias, a maioria do grupo segue a posição.

A liderança do PMDB e os partidos de "esquerda" defendem o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, que restringe ao crime de tortura a impossibilidade de concessão de anistia, além de considerá-lo inafiançável e imprescritível. "A tortura e o terrorismo não são delitos da mesma natureza. A tortura é um crime de Estado universalmente tipificado, enquanto o terrorismo é um delito de tipificação muito difícil", afirmou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

O deputado Nelson Jobim (PMDB-

RS) usa o mesmo argumento ao negociar com os coordenadores do Centrão. "Nós não defendemos o terrorismo, mas os crimes não podem ser igualados". A bancada do PT não considera terrorismo a "luta armada" dos anos 70.

Duas propostas foram sugeridas como possível solução para o dilema, mas não reuniram o consenso. "Não temos de tratar de crimes no capítulo dos 'Direitos Individuais'. Isso deve ser analisado pelo Código Penal", afirmou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32". Embora concorde com a igualdade de punições para os dois tipos de crime, Sandra acha inoportuno que a nova Constituição trate do assunto.

A única concordância entre os dois grupos é estender a culpa do crime de tortura para os mandantes, os executores e as pessoas que podendo "evitar" o crime se omitam. O Centrão retirou a responsabilidade de crime dos que podendo "denunciar" a tortura, deixem de fazê-lo. Se o plenário aprovar a proposta do Centrão, esta abrangência de responsabilidade será estendida também para os crimes de terrorismo, de tráfico de drogas e crimes hediondos.

grande de tornar-se o crime imprescritível, em relação a quem não se tem clara a condição de traficante."

José Carlos Dias, 47, advogado, ex-secretário estadual da Justiça do governo Montoro: "Sou radical. Para mim, nenhum crime é imprescritível, nem a tortura. A gravidade de um crime não se estabelece por sua prescrição ou não, mas pela gravidade da pena. Neste momento temos que ter equilíbrio, porque senão serão incluídos neste parágrafo os mais variados crimes. Todos os crimes são prescrevíveis, afinal o esquecimento existe."

Erasmus Dias, deputado estadual (PDS-SP): "Minha posição é a do Centrão. Terrorismo e tortura são igualmente expúrios. Com relação à inclusão do tráfico de drogas, eu sou contra, pois aí seria necessário, colocar neste parágrafo crimes como sequestro, estupro."

Rodolfo Konder, 49, vice-presidente da seção brasileira da Anistia Internacional: "Como membro da Anistia, não posso opinar sobre os outros crimes. Mas a Anistia tem uma posição bem definida sobre a tortura: é um crime contra a humanidade e quem a pratica não pode ser objeto de perdão, anistia ou qualquer outra atenuante."



O deputado José Genoíno (PT-SP) e o senador Virgílio Távora (PDS-CE); ambos participaram de movimentos armados

Ex-rebeldes rejeitam etiqueta de 'terrorista'

Do enviado especial a Brasília

Cada um a seu modo, e em circunstâncias historicamente dispare, o hoje senador Virgílio de Moraes Fernandes Távora (PDS-CE), 69, e o deputado José Genoíno Neto (PT-SP), 41, tiveram participação ativa em movimentos que tentaram, sem sucesso, interromper pelas armas a ordem institucional. Mas nenhum deles aceita para si a etiqueta pejorativa de "terrorista", terminando por aí a analogia entre ambos.

Eles já se diferenciam na maneira com que votarão o destaque que inclui, no texto da Constituição, o terrorismo entre os crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Genoíno votará contra, argumentando que não se trata de um crime equivalente à tortura — "gancho" para que o assunto viesse a bordo do anteprojeto da Comissão de Sistematização —, enquanto Virgílio Távora argumenta que terrorismo e tortura são o verso e o reverso da mesma moeda socialmente patológica.

Os episódios de que ambos participaram estão separados por quinze anos na recente história brasileira. Deputado federal pela UDN e tenen-

te-coronel licenciado, numa época em que os militares podiam se eleger para cargos públicos sem passarem automaticamente para a reserva, Virgílio Távora foi um dos instigadores do movimento desencadeado em 1956 pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão para impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Eles se apoderaram, por um mês, da base aérea de Jacarecanga (PA), sendo finalmente rendidos e anistiados. "Não foi terrorismo", diz o senador cearense, "porque foi uma ação de peito aberto. Os terroristas são gente de ação clandestina."

"Eu peguei em armas, mas sem qualquer terrorismo. Participei de um movimento armado contra a ditadura", afirma por sua vez Genoíno, referindo-se à guerrilha natimorta nas margens do rio Araguaia, que o PC do B, seu partido de então, planejava desencadear em 1971, para que o levante no campo contra o regime militar compensasse o malogro da guerrilha urbana.

Távora não chegou a ser preso. Reconciliado com Juscelino, chegou, em 1959, a ser um dos diretores da Novacap, estatal criada para a construção de Brasília. Genoíno teve

um destino menos harmônico. Detido e torturado, foi entre 1972 e 1975 um entre os muitos militantes da extrema esquerda a cumprir pena por motivos políticos. Desligando-se do PC do B, foi um dos fundadores — o que ele nega publicamente ou em conversas privadas — do Partido Revolucionário Comunista (PrC), que atua clandestinamente dentro das estruturas do PT. É uma condição raramente evocada, por sua participação, com indistigável gosto e empenho, nas atividades parlamentares.

Sua condição de ex-prisioneiro não constitui um segredo. Ela consta da biografia que ele elaborou para ser publicada no anuário biográfico dos constituintes. Nascido em Quixeramobim (CE), ele teve anteriormente oportunidade de se avistar com Virgílio Távora quando este, também cearense, governou pela primeira vez seu Estado, entre 1963 e 1967. Tratava-se de um governador excêntrico entre os demais eleitos pela Arena; mantinha certo diálogo com o movimento estudantil, no qual Genoíno era um dos incendiários dirigentes, como diretor da UNE e aluno da faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará. (JBN)